

Comissão quer começar pelos direitos humanos

BRASÍLIA — A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos, começará em novembro a examinar temas específicos para a nova Carta, como forma de governo, direitos individuais e sociais e segurança nacional, entre outros. O Presidente da Subcomissão do Rio, Evaristo de Moraes Filho, informou ontem que seu grupo já discutiu a Federação, o regime de Poderes, os direitos humanos e sociais, educação, cultura, ecologia e segurança nacional.

A Subcomissão do Rio não formulou ainda propostas mas lançou idéias, como a de iniciar a nova Constituição pela declaração fundamental dos direitos do homem e criar mais dois capítulos, dedicados à defesa ecológica e aos direitos do trabalhador. Segundo Evaristo de Moraes Filho, a idéia central da abordagem dos direitos humanos é

criar defesas para o cidadão — e não apenas para o Estado — e fortalecer as entidades intermediárias entre o cidadão e o Estado. O jurista, que encaminhou mais de 200 pedidos de sugestões a entidades do Rio e recebeu muitas contribuições, disse que “o propósito do grupo é renovador e a tendência é a elaboração de uma Carta duradoura, uma Constituição para o futuro, que atenda aos anseios da sociedade”.

A Subcomissão de Brasília, presidida pelo Consultor Geral da República, Paulo Brossard, tem ouvido pessoas ligadas ao Executivo, ao Judiciário e a entidades nacionais de classe. O Ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, por exemplo, discutiu com os oito integrantes do grupo a problemática trabalhista. O Procurador Geral da República, Sepúlveda Pertence, um dos membros da Subcomissão de Brasília, está reco-

lhendo sugestões junto ao Poder Judiciário. Ele vem estudando formas para fortalecer o papel do Ministério Público como defensor da sociedade. No final do mês, em encontro nacional de procuradores, Pertence deverá fazer novas consultas. O Presidente da Contag, José Francisco da Silva, outro integrante do grupo, pretende mais tarde levar propostas debatidas na Subcomissão ao meio sindical. Ele vai defender as posições da categoria sobre reforma agrária e trabalhista.

Com sede em Recife, a Subcomissão do Nordeste tem dedicado especial interesse à inclusão dos direitos sociais no texto constitucional, segundo explicou o empresário paraibano Odilon Coutinho, que é favorável à inserção de dispositivo criando o direito ao trabalho e obrigando o Estado a garanti-lo.